

O Desafio Aliciante de Fazer Jornalismo na Escola

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.180.2>

Manuel Pinto

Investigador e professor catedrático aposentado
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0002-4964-8778>
mpinto@ics.uminho.pt

É comum, na definição da educação para a literacia mediática, incluir não apenas a dimensão da análise e leitura crítica dos *media* (integrando meios clássicos e digitais), mas também a criação e produção de meios e de conteúdos.

Há duas razões que me parecem importantes para não descurar esta dimensão mais ativa e concreta.

Uma é que, pelo exercício da criação e alimentação de meios e conteúdos de comunicação, se depara com situações e decisões análogas às que encontram os meios profissionais, o que leva – ou pode levar – a compreender melhor o funcionamento destes últimos.

A outra é que se pode ir ao encontro de necessidades informativas e comunicativas de cada pessoa envolvida, mas também dos grupos e comunidades de pertença.

Há que ter presente que a expressão e publicação dos sonhos, inquietações, projetos e reivindicações dos alunos não depende da vontade dos adultos, sejam eles os educadores, os professores, os diretores das escolas... É um direito dos jovens, previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), que Portugal e a quase totalidade dos países do mundo ratificou e transpôs para o direito interno. Aos adultos cabe reconhecer, facilitar e apoiar a concretização desse direito e escutar ativamente o que os mais novos querem dizer.

É, assim, notório que existe uma relação estreita entre a comunicação e informação provenientes das crianças e adolescentes e a escuta ativa. Isso significa que dificilmente

podem existir expressões e meios de comunicação dos mais novos – em contexto escolar, nomeadamente – se as escolas não procurarem ativamente cultivar essa escuta e essa expressão.

A cultura da escuta e da expressão ganha em ter uma dimensão vertical de duplo sentido (de cima para baixo e de baixo para cima), mas também horizontal (entre os professores, entre os alunos e as turmas, com as famílias e outros parceiros comunitários).

De entre a multiplicidade de formas de expressão das crianças e adolescentes em contexto escolar, os *media* informativos ocupam um lugar especial. A figura típica, cada vez mais do passado – o jornal escolar policopiado –, vai cedendo lugar a novos formatos audiovisuais e multimédia em suportes digitais. Mas a preocupação de informar e falar daquilo que efetivamente acontece, ao perto e ao longe, e que interessa aos alunos, permanece como objetivo central.

Quem já viveu a fantástica experiência de pôr de pé um projeto informativo na escola ou no agrupamento de escolas pode testemunhar o quanto se aprende nessa tarefa. É importante não descurar nenhuma das dimensões e vertentes de tais projetos. Aponto aqueles que me parecem cruciais:

- Porque achamos que é necessário realizar um projeto informativo ou reanimar ou mesmo reformular projetos já existentes?
- Que matérias e acontecimentos gostaríamos que fossem privilegiados no novo meio de informação e comunicação?
- Quem são os potenciais interessados nesse projeto?
- Como nos organizamos para lhe dar corpo?
- A que aspetos (legais, éticos, técnicos...) precisamos de prestar atenção?
- Com que recursos contamos à partida (espaços, tempos, equipamentos, materiais)?
- Como envolver outros colegas (professores, alunos, funcionários não docentes...)?

A experiência ensina-nos que podemos até ter resposta para todas estas perguntas e, mesmo assim, vimos a descobrir que arrancar e dar continuidade ao projeto de um meio de comunicação e informação acarreta desafios e dificuldades que é preciso estar preparado para enfrentar.

É necessário que haja um grupo de trabalho que funcione bem, isto é, que incentive e acolha os contributos de todos e de todas, para que as escolhas possam contar com um leque mais amplo de opções. Para isso é preciso criar um ambiente participativo, onde todos e todas sintam que são ouvidos e acolhidos e onde ninguém imponha os seus pontos de vista.

O jornalismo, embora esteja a passar por dificuldades, nomeadamente as decorrentes da desinformação, continua a ser uma atividade aliciante, em que se vai à procura do que pode interessar aos destinatários e, às vezes, até revelar o que não se imaginava ou, mesmo, aquilo que estava escondido. Portanto, a curiosidade, a capacidade de fazer perguntas, de ir em busca da verdade continuam a ser desafios para quem se mete nesta atividade.

Mas é bom conhecer pelo menos algumas regras básicas do jornalismo, assim como direitos e deveres de quem publica no “espaço público”. Por exemplo: é fundamental distinguir o que são factos e o que são opiniões. Que os factos devem ser relatados com rigor e honestidade (sem esconder aspetos importantes, por exemplo). E mesmo as opiniões devem ser fundadas em argumentos ou razões.

Nesta matéria, pode ser interessante conhecer e conversar sobre o conteúdo do *Código de Ética dos Jornalistas Portugueses* (Sindicato dos Jornalistas, 2017), o qual tem aspetos que são válidos e que devem ser tidos em conta na prática do jornalismo escolar. Sempre que se revele oportuno, vale a pena convidar jornalistas profissionais para irem refletir com os alunos e professores as experiências jornalísticas que estão a desenvolver.

Outro aspeto decisivo é que os jornalistas precisam de aceder a fontes. Não há jornalismo sem fontes. E os leitores/ouvintes/espectadores têm direito a saber quem diz ou faz o quê. Se for a notícia de um evento que a escola vai organizar, é simples. Mas se se tratar de um problema que envolve pessoas ou grupos com diferentes interesses ou pontos de vista é preciso ouvir todas as fontes que sejam relevantes, para que quem recebe a informação fique com uma compreensão adequada e correta desse problema.

A liberdade de informar (e de ser informado) está prevista no Artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa (1976), sendo um direito fundamental de qualquer cidadão. O jornalismo escolar constitui excelente contexto, oportunidade e laboratório para o desenvolver na prática. É quase inevitável que um órgão de comunicação escolar que queira tratar determinados assuntos ou acontecimentos da vida da instituição venha a deparar-se com dificuldades nesse terreno.

A censura foi abolida com a Revolução de 25 de Abril, mas pode continuar a existir dissimulada, mesmo que sob a forma de autocensura. Se queremos que os alunos venham a ser cidadãos conscientes e participativos, a melhor forma de o fazer é instaurar práticas efetivas de liberdade de expressão e de informação e fazer de eventuais problemas e dificuldades matéria para debater e dialogar, procurando avaliar e discernir o que está em jogo e qual a melhor solução.

Quem se dá à tarefa de informar através de meios de comunicação, incluindo os escolares, por muito rigor e cuidado que coloque no trabalho que faz, dificilmente evita os erros. Não se trata de gralhas ou erros linguísticos (ainda que aqui a interação com os docentes de Português seja vantajosa), mas de informação inverídica ou errónea. Neste caso, é dever de quem fez o artigo e do órgão retificar, a pedido ou por iniciativa própria.

Além do dever de retificação, pode haver lugar também ao exercício do direito de resposta por parte de alguém visado por uma informação que entenda, por exemplo, que a sua reputação ou o seu direito ao bom nome não foram acautelados na matéria publicada.

Estes direitos dos cidadãos face aos *media* deveriam ser também aprendidos quanto ao procedimento a seguir para serem exercidos.

Muito haveria ainda a dizer sobre a aliciante tarefa de produzir e difundir informação de natureza jornalística em contexto escolar. Fique esta síntese quanto à sua relevância:

- Publicar livre e autonomamente conteúdos e informações é um direito que assiste aos alunos, devendo, por isso, ser apoiado e promovido;
- A experiência de produzir informações sobre o que interessa aos mais novos é um dos mais fecundos terrenos de educação para um uso crítico dos *media*;
- Produzir de forma participada e reflexiva meios de informação escolares abre perspectivas para um exercício da cidadania mais criativo e consciente.

Agradecimentos

Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto “bYou – Estudo das vivências e expressões dos jovens sobre os media”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência PTDC/COM-OUT/3004/2020. DOI: <https://doi.org/10.54499/PTDC/COM-OUT/3004/2020>.

Referências

Constituição da República Portuguesa, 2 de abril de 1976, <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

Convenção sobre os Direitos da Criança, 20 de novembro de 1989, https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

Sindicato dos Jornalistas. (2017). *Código deontológico*. <https://jornalistas.eu/codigo-deontologico/>